 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 062. Ritmos da Identidade: Música, Juventude e Identidade

João Batista de Jesus Felix (UFT) - Coordenador/a, Carlos Benedito Rodrigues da Silva (Universidade Federal do Maranhão) - Coordenador/a Socializa??o e discuss?o de pesquisas conclu?das ou em andamento, enfocando a m?sica e ritmos como elementos de mobiliza??o coletiva, e defini??o de linguagens e c?digos de comunica??o: enfoques sobre constru??o de performances e linguagens corporais entre grupos de juventude nas diversas regi?es brasileiras ou mesmo em outros pa?ses, a partir das tend?ncias r?tmicas veiculadas pelos sistemas midi?ticos. Estamos diante um fen?meno bastante interessante, pois, ? cada vez maior as express?es art?sticas, que eram assumidas como simplesmente formas de lazer, serem assumidas como formas de se expor posi?es pol?ticas. A arte sempre foi vista como muito perigosa, principalmente pelos governos autorit?rios, mas ela era entendida como uma extens?o, uma maneira a mais dos ?rg?os especializados em pol?ticas (Partidos Pol?ticos principalmente) tinham para demonstrar suas posi?es. Atualmente existem v?rios trabalhos acad?micos que procuram demonstrar que a m?sica, a dan?a, o cinema, o teatro, t?m uma grande autonomia pol?tica. Nossa inten??o, com institui??o deste GT, ? dar espa?o para conhecermos pesquisas desenvolvidas em todo o territ?rio nacional ou estrangeiros, sobre formas de se construir identidades atrav?s da m?sica, da dan?a e do lazer.

'Enviadescer' o queer: explorando a decolonialidade da teoria à luz de Linn da Quebrada

Autoria: Higor Kleizer de Oliveira Moreira

Aflorada ao final da década de 1980 e inicio de 1990, a teoria queer emerge no Norte Global, com as formulações de Teresa de Laurentis e Judith Butler inspiradas pelos Estudos Culturais norte-americanos e pelo Pós-estruturalismo francês, revelando novas possibilidades de (re)pensar os estudos sobre sexualidades e gêneros. O desponte desta teoria se dá, principalmente, como crítica aos estudos sobre as dissidências sexuais produzidos na época que as analisavam partindo da heterossexualidade e cisgeneridade enquanto sinônimo da ordem e normalidade social. Como todas as teorias produzidas ao norte, a teoria queer, com suas novidades e deslumbramentos, viaja ao redor do globo e chega ao Brasil tal como outros lugares do Sul e não-Ocidente. Aquelas/es que se propõem a pensar o queer no Brasil apontam que a sua chegada ao país se diverge da forma como a teoria surge nos Estados Unidos (PELUCIO, 2014a; PEREIRA, 2012). Enquanto na América do Norte o queer emerge dos movimentos sociais e posteriormente é teorizado, em terras tupiniquins a dinâmica é inversa: a teoria é inicialmente incorporada pela Academia ? que passa a aplica-la como universal ? e apenas depois é absorvida, em partes, pelos movimentos sociais que mais a recusam do que a cooptam. Os esforços destas/es pensadoras/es mostram a necessidade de recuperar os preceitos da teoria queer e deixar que esta, quando no Brasil aporta, deixe-se afetar pelas experiências outras aqui existentes produzindo, assim, novas ontologias que demonstrem de fato os corpos transviados que habitam o sul do Equador. O presente work, se aproximando das reflexões para decolonialidade do queer no Brasil, tem como objetivo tecer notas exploratórias sobre como tem se pensado e como se devia pensar a teoria no país a partir da cantora transativista Linn da Quebrada. Pautando-se nessas produções teóricas de pensadoras/es brasileiras/os que levantam críticas à maneira como a teoria foi incorporada no país, o work busca analisar as letras de "Enviadescer", "A Lenda", "Mulher" e algumas entrevistas de Linn para evidenciar a potência desta artista em fornecer novas perspectivas e categorias que atendam aos pressupostos do queer decolonial no Brasil: ressignificar, dar vida e voz às (r)existências plurais, de corporalidades inimagináveis que subvertem diariamente as normativas, construindo o enfrentamento epistemológico a partir das experiências concretas e não, ao contrário, forçando a experiência a se encaixar nas formas teóricas e conceituais importadas.

Trabalho completo

 ISBN: 978-85-87942-61-6

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**